

Educação Financeira: um olhar para a abordagem matemática na EPJAI

Gabriela Jade Novais da Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Piripá, BA — Brasil

✉ gabriellajade.prof@gmail.com

ORCID [0000-0002-0270-4576](https://orcid.org/0000-0002-0270-4576)


Jonson Ney Dias da Silva


Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Vitória da Conquista, BA — Brasil

✉ jonson.dias@uesb.edu.br

ORCID [0000-0002-9575-2648](https://orcid.org/0000-0002-9575-2648)



2238-0345 

10.37001/ripem.v14i2.3927 

Recebido • 20/01/2024

Aprovado • 10/05/2024

Publicado • 12/07/2024

Editor • Gilberto Januario 

Resumo: Objetivamos, por meio deste trabalho, compreender como a Educação Financeira (EF) pode promover a construção do pensamento crítico no contexto de uma turma da Educação de Pessoas, Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI). Para a fundamentação, apoiamos-nos em aportes teóricos que contemplam as temáticas centrais deste trabalho. Destarte, a metodologia adotada é de cunho qualitativa e, como instrumentos para produção de dados, utilizamos observação participante, entrevista semiestruturada e questionários. Ressaltamos que, os dados foram produzidos durante duas aulas de EF, em uma turma de um colégio estadual de uma cidade no interior da Bahia. Os participantes da pesquisa foram os educandos da EPJAI e uma educadora matemática. Os resultados nos permitiram visualizar os diálogos emergentes a partir das temáticas trabalhadas, demonstrando que cada um dos educandos tem experiências individuais sobre o mundo financeiro que devem ser ouvidas e consideradas.

Palavras-chave: Educação Financeira. Educação Matemática Crítica. Prática Pedagógica.

Financial Education: A Look at the Mathematical Approach in EPJAE

Abstract: Through this study, we aim to understand how Financial Education (FE) can foster the development of critical thinking within the context of a class for Education of People, Youth, Adults, and the Elderly (EPJAE). To support our investigation, we draw upon theoretical frameworks that encompass the central themes of this study. Thus, the methodology employed is qualitative in nature, utilizing participant observation, semi-structured interviews, and questionnaires as instruments for data collection. It is worth noting that the data were gathered during two FE classes at a state school in a city in the interior of Bahia, with participants including students from EPJAE and a mathematics educator. The results enabled us to observe the emerging dialogues surrounding the themes explored, illustrating that each student possesses individual experiences with the financial world, which should be heard and taken into account.

Keywords: Financial Educativo. Critical Mathematics Education. Pedagogical Practice.

Educación Financiera: una mirada al enfoque matemático en la EPJAA

Resumen: A través de este trabajo, nuestro objetivo es comprender cómo la Educación Financiera (EF) puede promover la construcción del pensamiento crítico en el contexto de una clase de Educación de Personas Jóvenes, Adultas y Ancianas (EPJAA). Para fundamentar nuestra investigación, nos basamos en aportes teóricos que abordan las temáticas centrales de este estudio. Por lo tanto, la metodología adoptada es de naturaleza cualitativa, utilizando la observación participante, entrevistas semiestructuradas y cuestionarios como instrumentos para la recolección de datos. Cabe destacar que los datos fueron recopilados durante dos clases de

EF en una escuela estatal en una ciudad del interior de Bahía, con la participación de estudiantes de EPJAA y una educadora de matemáticas como sujetos de investigación. Los resultados nos permitieron observar los diálogos emergentes en torno a las temáticas abordadas, demostrando que cada uno de los estudiantes tiene experiencias individuales en el mundo financiero que deben ser escuchadas y consideradas.

Palabras clave: Educación Financiera. Educación en Matemática Crítica. Práctica Pedagógica.

1 Educação Financeira: considerações iniciais

No Brasil, a cada dez famílias, aproximadamente oito delas têm dívidas. De acordo com os dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em setembro de 2022, o índice de endividamento dos núcleos familiares do país atingiu 79,3%. Isso representa o patamar mais elevado da história da Peic, um percentual alto e preocupante que demanda atenção, em particular, para entender os seus impactos na vida pessoal e social.

As discussões acerca da necessidade de orientação financeira têm ganhado visibilidade no país, visto que há um crescimento considerável na quantidade de cidadãos pouco estabilizados economicamente. Nos últimos cinco anos, entre agosto de 2019 e 2023, o número de famílias com dívidas passou de 64,8% para 77,4%, apresentando uma alta de 12,6 pontos percentuais. Izis Ferreira, economista da CNC, enfatiza que existem alguns fatores corroboram a elevação desse índice, sendo os principais deles a alta da inflação e o incentivo ao uso do cartão de crédito (Carranço, 2023).

Além disso, os endividados, na maioria das vezes, são mulheres, jovens e pessoas de baixa escolaridade. É preciso questionar: por que existe esse padrão/perfil? Por quais razões esses sujeitos estão mais suscetíveis às dívidas? É pela falta de informação e/ou pela ausência de uma Educação Financeira (EF) de qualidade?

Estamos inseridos em uma sociedade que utiliza o sistema monetário em todas as etapas da vida, desde a infância até a terceira idade. Quando crianças, essa relação é intermediada pelos nossos responsáveis quando somos crianças, e por nós mesmos quando nos tornamos adultos. Envolvermos-nos com questões financeiras que permeiam diversos âmbitos, como o familiar, profissional e/ou escolar.

Apesar dos conhecimentos sobre dinheiro, economia, consumo e dívidas estarem presentes na nossa rotina, em sua pesquisa, Pelicioli (2011, p. 11) questiona se “a saúde financeira de cada um está bem ou pode estar sendo prejudicada em face da ausência de aprendizagem relacionada à cultura financeira”.

Diante dessa realidade, a EF se apresenta como uma grande aliada no processo de conscientização das finanças e na tomada de decisões assertivas (Silva & Powell, 2013). No meio educacional, essa tendência tem ascendido consideravelmente nos últimos anos, apresentando-se mediante as contribuições e os estudos de profissionais de diversas áreas. É perceptível que a maioria das discussões referentes à EF, de maneira geral, está relacionada à organização e planejamento das finanças pessoal ou familiar, assim como à gestão, numa visão mais individualista de proteção do dinheiro (Baroni, 2021).

Quando trabalhada numa perspectiva crítica, a EF apresenta fortes entrelaçamentos com a Educação Matemática Crítica (EMC). Essa abordagem nos possibilita fazer uma leitura de mundo por intermédio da Matemática e propõe discussões que vão além dos conteúdos que envolvem cálculos, preocupando-se com o pensamento coletivo e debates no âmbito social (Skovsmose, 2001, 2007, 2014). A união da EMC e EF produz significados importantes no que

se refere ao pensar e fazer críticos dos educandos, ajudando-os a tomarem decisões assertivas e conscientes em relação às finanças.

Portanto, ao observarmos as educandas e os educandos da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI), como podemos contribuir, enquanto educadoras e educadores, com esse trabalho em seu contexto? Para isso, podemos oferecer-lhes uma compreensão mais ampla sobre o dinheiro, formando-os para analisar e fazer julgamentos críticos em relação a uma realidade que ainda revela processos e movimentos de exclusão e desigualdades.

Ao fornecer-lhes possibilidades para entenderem o funcionamento das finanças pessoais e familiares, estamos formando-os para enfrentar os desafios econômicos de maneira informada e consciente. Isso não apenas fortalece sua própria segurança financeira, mas também os prepara para desafiar e questionar as estruturas sociais que perpetuam a marginalização econômica. Ao capacitá-los a exercer esse discernimento crítico, estamos formando-os a ser agentes de mudança em suas próprias vidas e comunidades, trabalhando para construir uma sociedade mais justa e equitativa.

Deve-se considerar que o público da EPJAI engloba: trabalhadores assalariados; desempregados, donas de casa, pessoas com deficiências, indivíduos privados de liberdade, indígenas; afrodescendentes; imigrantes; entre outros. Esses indivíduos são provenientes de diversas culturas, etnias, religiões e crenças (Silva, 2020). Trata-se de uma modalidade representada por pessoas jovens, adultas e idosas de classes populares as quais residem em espaços urbanos e rurais, onde lidam constantemente com questões financeiras em suas atividades diárias de sobrevivência.

Dessa forma, é importante refletirmos sobre como ocorrem as práticas pedagógicas na EPJAI e de que modo esse público está inserido na sociedade, tendo em vista um contexto marcado por processos de exclusão. Faz-se necessário também um olhar crítico e reflexivo sobre e com a EF de pessoas jovens, adultas e idosas. Ademais, é preciso questionar quem são esses sujeitos, quais são suas demandas e de que EF estamos falando quando nos referimos à EPJAI.

A EPJAI enfrenta uma série de desafios em seu desenvolvimento, uma vez que conta com educandos diversos, que ingressaram tardiamente na instituição de ensino, por diversos motivos. Além disso, conta com um grande percentual de evasão, principalmente devido à falta de políticas públicas que favoreçam a permanência desses sujeitos na escola (Batista, 2021).

Para amenizar esse fator, é preciso que os educadores apresentem responsabilidade, dedicação e criatividade nas salas de aula, para que os educandos se sintam incentivados a permanecerem estudando. É imprescindível que conheçam as habilidades e saberes que esses indivíduos já possuem e desenvolvem em dia a dia, contextualizando os conteúdos ministrados a partir de situações que perpassem as suas realidades (Fonseca, 2012; Silva, 2020), por exemplo, o cenário das finanças.

Quanto ao ensino de Matemática de pessoas jovens, adultas e idosas, o trabalho é ainda mais complexo quando se trata de contextualização, sobretudo devido à natureza abstrata da Matemática. Além disso, em virtude da sua característica formal e objetiva, essa disciplina ocasionalmente é vista como um componente curricular neutro e imparcial, que não deve estar inserido em problematizações que circundam as ações de caráter social, cultural e político.

Acredita-se que a Educação Financeira (EF) resulta de ações interdisciplinares que promovem a compreensão e a reflexão crítica sobre o universo financeiro. Essa compreensão contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária, tanto do ponto de vista socioeconômico quanto social. Considerando que jovens, adultos e idosos estão totalmente

inseridos nesse contexto, é essencial entender como a EF pode fomentar o desenvolvimento do pensamento crítico em uma turma da EPJAI.

A pesquisa foi desenvolvida no Colégio Estadual de Piripá, localizado em Piripá/BA, buscando compreender como os educandos piripaenses se posicionam diante de situações financeiras ligadas ao seu dia a dia, as quais, muitas vezes, passam despercebidas. Levando em consideração as necessidades educacionais dos educandos da EPJAI e os saberes matemáticos que adquiriram por meio das suas vivências, realizamos uma análise a partir de observações em duas aulas, nas quais foram discutidos temas relacionados à EF, numa perspectiva crítica. Além disso, utilizou-se um questionário aplicado aos educandos e uma entrevista realizada com a educadora regente da turma.

O referido trabalho tem o potencial de contribuir para as discussões sobre a EF nas escolas e auxiliar os educadores da EPJAI e de outras modalidades a pensarem acerca de novas metodologias para implementarem a temática nas aulas de Matemática. Isso é essencial numa perspectiva crítica, visto que a EF perpassa os âmbitos econômico, social e cultural.

2 Educação Financeira: contexto inicial

Com o intuito de compreender as implicações da EF no contexto atual, podemos observar, conforme destacado nas pesquisas de Silva e Powell (2015) e Mazzi e Baroni (2021), nos anos de 2003 e 2004, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e seus países-membros elaboraram e desenvolveram um projeto intitulado “Projeto Educação Financeira”. O objetivo era identificar e analisar as pesquisas sobre EF; descrever e avaliar, se possível, a eficácia dos programas existentes acerca do tema naquela época; e, por meio dos resultados obtidos, sugerir ações políticas para melhorar a conscientização financeira dos cidadãos (OCDE, 2005a).

A partir desse momento, a OCDE passou a incluir a EF em suas discussões e, em 2005, a partir da primeira pesquisa, foi gerado o relatório “Melhoria da Literacia Financeira: Análise de Questões e Políticas” (OCDE, 2005b). No documento, ficaram destacados alguns pontos que necessitavam de atenção dos países-membros, a saber: o crescimento no número de trabalhadores que precisariam se planejar sozinhos (poupar) para financiar a própria aposentadoria; as crescentes dívidas por consumo, feitas principalmente por jovens; e a grande quantidade de consumidores que ainda não participavam do sistema financeiro (Silva & Powell, 2013).

Como resultados das pesquisas realizadas e desenvolvidas pela OCDE, foi elaborada uma definição de EF que hoje é internacionalmente conhecida e difundida, sendo denotada como

o processo mediante o qual consumidores e investidores aprimoram seu entendimento em relação a conceitos e produtos financeiros e, através da informação, formação e orientações claras, desenvolvem habilidades e confiança para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos financeiros, fazerem escolhas bem-informadas, saberem onde procurar ajuda e adotarem outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005b, p. 26).

A definição apresentada pela OCDE volta-se, especificamente, para uma visão mais mercadológica, ou seja, refere-se a aspectos econômicos, “sem grandes direcionamentos para uma abordagem crítica e reflexiva, sobretudo de aspectos sociais” (Hartmann, 2021, p. 19).

Frente ao exposto, Mazzi e Baroni (2021) sugerem que, ao observar a significação de

EF para a organização, é possível elencar três expressões centrais, sendo elas: 1) melhoria da compreensão financeira; 2) aquisição de habilidades para identificar riscos e oportunidades no âmbito das finanças; e 3) indispensabilidade dos indivíduos fazerem escolhas bem-informadas. A partir disso, notamos que o conceito de EF para a OCDE propõe a passividade dos sujeitos, corroborando a perspectiva de Hartmann (2021).

Destarte, podemos levantar algumas questões ao visualizarmos as expressões anteriores: em quem a OCDE estava pensando quando definiu EF? A quem a organização queria beneficiar? Apesar de apresentar lacunas na definição evidenciada, a OCDE ressaltou ações públicas para a efetivação da EF, destacando que a temática deveria ser iniciada nas escolas (Hartmann, 2021).

Após estudos no país apontarem que “a Educação Financeira não é trabalhada na formação de crianças e jovens brasileiros, seja na escola, seja em casa” (Brasil, 2011, p. 94), iniciou-se, a partir de 2010, uma discussão mais ampla sobre o assunto, devido à implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), decretada pelo Governo Federal (Brasil, 2010). A proposta da ENEF era incentivar a Educação Financeira e Previdenciária e fortalecer a cidadania, em razão das políticas de inclusão social no país.

Após a regulamentação da ENEF, foi criado o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) para conceber ações, planos e programas voltados para a EF (Brasil, 2011). Com isso, em 2011, o CONEF apresentou uma definição de EF que se assemelha àquela apresentada pela OCDE em 2005, conforme segue:

[...] Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (Brasil, 2011, p. 20).

Embora seja uma definição mais completa que a apresentada pela OCDE, visto que inclui a formação de “sociedades” e não apenas de indivíduos, além de propagar a importância de se formar uma sociedade comprometida com o futuro, ainda indica a passividade dos sujeitos quanto às finanças. Podemos interpretá-la da seguinte maneira: “alguns indivíduos determinam os produtos e, então, a função dos demais seria a de, apenas, consumi-los, ainda que de maneira informal” (Baroni, 2021, p. 19), uma visão que privilegia o ensino para o consumo e a fortificação do capitalismo.

O ato de educar financeiramente não pode se reduzir a ensinar técnicas de planejamento e, muito menos, limitar-se a atribuir apenas aos educadores que lecionam Matemática a função de explicar os cálculos necessários para isso. A EF deve atravessar a prática pedagógica de todas as áreas de conhecimento, uma vez que a escola tem como foco primordial a formação cidadã.

Corroborando Baroni (2021, p. 19), existe um “universo maior de demandas nesse contexto”, dentre as quais podemos citar: a compreensão dos impactos do consumo desenfreado no meio ambiente e o papel deste na sociedade (Bauman, 2008); a atenção para as desigualdades sociais causadas pelo capitalismo; os problemas de saúde física e mental que o mau uso do dinheiro pode acarretar; e a reflexão sobre o comportamento dos sujeitos no mundo financeiro.

A respeito desse último aspecto, enfatiza-se o arcabouço teórico-metodológico da Matemática e da Educação Matemática, que “tem essa ciência como um instrumento de ação social” (Baroni, 2021, p. 19), amplamente discutido por Skovsmose (2001, 2007, 2008, 2014). Quando falamos do comportamento dos sujeitos e tomamos a Matemática e a Educação Matemática como instrumento de ações sociais, pautamos as diferentes formas de produção de conhecimento a partir da união entre a teoria e a prática, ou seja, uma práxis que se efetiva na transformação da realidade dos indivíduos.

Dentro da perspectiva do contexto educacional, ao analisar os documentos que norteiam a Educação Básica no Brasil, é perceptível que o ato de educar financeiramente, na maioria das vezes, “é incumbência do professor de matemática” (Peres, 2019, p. 14). Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador das práticas educacionais, aprovado em 2017 e 2018 para o Ensino Fundamental e Médio, respectivamente, é indicada a incorporação de temas transversais ao ensino, bem como da educação para o consumo e da EF em ambos os níveis (Baroni, 2021).

Entretanto, como exposto por Leffler (2019), há mais uma promoção da Matemática Financeira do que propriamente da EF. A primeira “se volta a resolução de cálculos, geralmente apoiados em fórmulas. Enquanto, que a Educação Financeira compreende a análise dos resultados desses cálculos para a realização de tomada de decisões” (Hartmann, 2021, p. 49). Indo ao encontro de pensamentos apontados por Leffler (2019, p. 52), uma vez que, a EF “não se restringe a informações recebidas e ou transmitidas: implica também no desenvolvimento de valores, hábitos e costumes, interiorizados por meio de experiências vividas”.

Frente ao exposto, pesquisadoras e pesquisadores da Educação Matemática, inquietos com as concepções que limitam o ato de educar financeiramente, desenvolveram a abordagem da Educação Financeira Escolar (EFE), que se configura como

um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino, que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvem sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem (Silva & Powell, 2013, p. 13).

Essa perspectiva de EF visa proporcionar uma formação ampla e significativa aos educandos, já que engloba a análise crítica relacionada à tomada de decisões financeiras, abordando questões que não são mencionadas pela OCDE (2005a). Isso está diretamente ligado à produção de conhecimento matemático dos sujeitos, a partir do conceito de Educação Matemática Crítica (EMC), visto que, em linhas gerais, “para que a educação, tanto como prática quanto como pesquisa, seja crítica, ela deve discutir condições básicas para a obtenção do conhecimento, deve estar a par dos problemas sociais, das desigualdades, da supressão” (Skovsmose, 2001, p. 101).

Neste sentido, uma educação crítica deve reagir às contradições sociais e não apenas, como menciona Skovsmose (2007, p. 19), “representar uma adaptação às prioridades políticas e econômicas; [...] a educação deve engajar-se no processo político, incluindo uma preocupação com a democracia”. Isso se refere também a como a Matemática, enquanto ciência, pode influenciar o nosso espaço cultural, político e tecnológico (Skovsmose, 2008). Além disso, ser um meio para compreendermos os aspectos sociopolíticos, culturais, étnicos, assim como os prismas da desigualdade de gênero, entre outros.

Nesse sentido, quando defendemos uma EF que capacite os indivíduos a criticar aspectos relacionados às finanças e a tomar decisões assertivas, como a discussão do mau uso do dinheiro, a produção exacerbada de lixo devido ao consumismo, ações políticas voltadas para a desigualdade de renda, entre outros, estamos também abarcando questões relacionadas à EMC.

Como destaca Hartmann (2021), é fundamental que a EF priorize a luta pelos direitos humanos e seja entendida como uma prática emancipatória que discuta conteúdos matemáticos e não matemáticos simultaneamente. Além disso, se houver o abandono da responsabilidade de tentar lutar por esses direitos, “a educação corre o risco de ser reprodutora” (Skovsmose, 2001, p. 100) de catástrofes sociais.

Posto isso, convidamos à seguinte provocação: como educadores, o que podemos fazer para não permitir que a EF reproduza ações que levem nossa sociedade a catástrofes? Talvez as possíveis respostas para essa e outras questões possam ser encontradas no interior das narrativas de educadores matemáticos.

Em concordância com Baroni (2021, p. 239-240), a EF é fundamental na formação de educadores de Matemática, a partir de um “processo de problematização da vida financeira pessoal e coletiva, tendo por objetivo compreender e analisar criticamente o mundo financeiro e suas implicações sociais, políticas e econômicas”, com foco “em uma perspectiva de transformação dos mecanismos de dependência econômica e desigualdade social”.

Pensando ainda na “transformação dos mecanismos”, defendemos uma EF que auxilie nossos educandos a refletirem sobre questões sociais, políticas, econômicas, éticas e culturais, que vão além da Matemática Financeira, pautada apenas em conteúdos matemáticos. Ou seja, uma EF que os ajude a tomarem decisões coerentes e conscientes no mundo que habitam.

Muniz (2016) enfatiza, em sua tese, que a tomada de decisões pode ser pautada também em aspectos não matemáticos. Posto isso, ele se identifica com a definição de EFE apresentada por Silva e Powell (2013), e complementa que ela é

um convite à reflexão sobre as atitudes das pessoas diante de situações financeiras envolvendo aquisição, utilização e planejamento do dinheiro, ou de outra forma, o ganhar, usar e distribuir dinheiro e bens, dentre elas as envolvendo consumo, poupança, financiamentos, investimentos, seguros, previdência e doações, bem como as suas possíveis consequências no curto, médio e longo prazos, olhando tanto para oportunidades quanto para as armadilhas do mercado. Um convite que leve em consideração o contexto social e econômico dos estudantes, as características culturais e singularidades sociais da região em que vivem. Essa EFE também é, portanto, um convite à ação, avaliação, e reação, num movimento dinâmico, plural e democrático (Muniz, 2016, p. 46).

Frente às significações que já foram apresentadas, esta é a que melhor abarca as múltiplas formas de se pensar EF até o momento. Muniz (2016) destaca que pensar na EFE é um convite à democracia, como mencionado por Skovsmose (2007). Nessa perspectiva, corroboramos a ideia de EF defendida por Hartmann (2021, p. 61), uma vez que, para ele, esta pode ser compreendida como “um convite a ações e diálogos críticos, acerca do contexto social, financeiro e econômico dos indivíduos, visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas e da sociedade em que vivem”.

À vista disso, destacamos a importância de se pensar a respeito de uma EF que promova a criticidade e racionalidade dos educandos e que os auxilie a resolver problemas do contexto ao qual pertencem. Assim sendo, para que isso aconteça efetivamente, como bem exposto por

Skovsmose (2014, p. 89), é de fundamental importância atribuir novos significados à Matemática, visto que ela “pode ser objeto de reflexão, uma forma sublime de pensamento crítico [...] estudando a matemática em ação, percebemos a necessidade de abordar a racionalidade matemática de maneira crítica”.

Destarte, quando abordamos a racionalidade matemática de forma crítica, estamos de acordo com os princípios da EMC. Segundo Baroni (2021), enquanto educadores, devemos ensinar e defender a aprendizagem de uma matemática que possibilite aos educandos um maior entendimento sobre a própria vida e as relações estabelecidas socialmente, para que assim possam transformar os mecanismos de desigualdades sociais que nos são impostos. Quando valorizamos o papel e a concepção crítica da Matemática, a reflexão e a ética são sobrepostas, elementos essenciais para se discutir aspectos financeiros.

Na perspectiva de EMC, o processo de ensino e aprendizagem deve acontecer de maneira dialógica, de forma que leve os educandos a refletirem sobre questões relevantes (Skovsmose, 2001, 2007). Assim, “privilegiar o diálogo é fundamental para que se promovam novas abordagens da Matemática” (Baroni, 2021, p. 82).

Nesse sentido, para Freire (2021a), o diálogo implica na forma como lemos o mundo e o interpretamos, sendo o único caminho para pensarmos criticamente a nossa existência e como as coisas estão postas na sociedade. Aqui, enfatizamos a relevância de uma prática docente dialógica, que apresente discussões em torno do cotidiano dos educandos (Freire & Faundez, 1985). Questionar e discutir em torno da realidade é relevante em várias situações da vida financeira, uma vez que possibilita ao indivíduo compreender (ler) o cenário financeiro e expressar (escrever) suas percepções sobre ele (Baroni, 2021).

Percebendo a importância do diálogo na EF, em específico aquele que promove a criticidade do sujeito, Baroni (2021) produz a sua concepção de EF, que se distingue das demais apresentadas (Brasil, 2011; Muniz, 2016; Hartmann, 2021; OCDE, 2005b; Silva & Powell, 2013). Sua abordagem é mais voltada para a formação inicial de educadores e demonstra fortes entrelaçamentos com a EMC.

Nas palavras da autora, temos que a EF

é um processo de problematização da vida financeira pessoal e coletiva, tendo por objetivo compreender e analisar criticamente o mundo financeiro e suas implicações sociais, políticas e econômicas, em uma perspectiva de transformação dos mecanismos de dependência econômica e desigualdade social. Esse processo se dá por meio de diferentes análises, entre elas a análise matemática, voltada ao desenvolvimento da literacia financeira, conforme a compreendemos (Baroni, 2021, p. 239-240).

Essa definição de EF atravessa as questões do ponto de vista matemático e formal, sem se restringir a cálculos de finanças e orçamentos. Trata-se de uma perspectiva que proporciona uma compreensão mais ampla da vida financeira, atrelada ao cotidiano dos sujeitos. Na próxima seção, apresentamos a metodologia adotada para este trabalho.

3 Estratégias metodológicas para produção e análise dos dados

Buscando investigar como acontece o trabalho com a EF na EPJAI, optamos por desenvolver este estudo a partir da abordagem qualitativa (Lüdke & André, 1986), visto que essa é uma pesquisa interpretativa e emergente, na qual os pesquisadores se envolvem numa experiência intensiva com os participantes (Creswell & Creswell, 2021). Além disso, possibilita

que os indivíduos investigadores mergulhem na situação pesquisada, participando de todas as etapas do processo, e permite a ênfase nas particularidades e significados do fenômeno para os envolvidos, por meio da proximidade com os sujeitos investigados (Goldenberg, 2015).

A pesquisa qualitativa, normalmente, ocorre no cenário natural em que se encontra o participante da pesquisa. Neste caso específico, o contexto de uma turma da EPJAI de um colégio da rede estadual do município de Piripá/BA. Ademais, permite o desenvolvimento de detalhes mais profundos a respeito dos sujeitos envolvidos, do ambiente no qual estão inseridos, bem como das experiências reais de cada um com o objeto de estudo (Creswell & Creswell, 2021). Sendo assim, o pesquisador qualitativo busca o envolvimento dos participantes na produção dos dados, de maneira que eles sejam ativos em todo o processo, estabelecendo harmonia e credibilidade com os envolvidos.

Nessa perspectiva, a produção de dados se desenvolveu a partir de três instrumentos: observação participante, visando conhecer os sujeitos da pesquisa e visualizar os diálogos emergentes nas aulas; um questionário, realizado com os educandos, para complementar as informações na fase exploratória da pesquisa; ainda, objetivando compreender a importância da discussão da EF na EPJAI, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a educadora, já que esse instrumento permite certa liberdade no desenvolvimento da pesquisa. Ou seja, o pesquisador pode alterar o seu roteiro, mudar a ordem das perguntas e, até mesmo, acrescentar novas questões pensadas no momento da entrevista (Fiorentini & Lorenzato, 2012).

Destacamos que os dados foram tratados, organizados e analisados com base nas especificidades e nas articulações com o objeto de pesquisa. Adotamos, então, como estratégias para análise, a triangulação dos métodos, que, para Creswell e Creswell (2021), garante a validade dos dados, quando estes são produzidos por meio de múltiplos instrumentos, especificamente nesta pesquisa: observação, entrevista e questionário. Goldenberg (2015, p. 63) reitera que esse processo busca “abrange a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo”.

Por fim, enfatizamos que a produção dos dados foi realizada em duas aulas geminadas, no dia 27 de novembro de 2023, segunda-feira, em uma turma da EPJAI do Colégio Estadual de Piripá, localizado em Piripá/BA, referente ao 1º ano do Ensino Médio e denominada pela escola como “EJA Juvenil”. A turma era composta por 25 educandos matriculados, com faixa etária compreendida entre 16 e 18 anos, sendo que, no dia do desenvolvimento da prática pedagógica, estavam presentes 17 participantes, 7 do gênero feminino e 10 do gênero masculino. Além disso, a produção dos dados se estendeu à educadora da turma. Ela era a única na instituição que trabalhava com a eletiva de EF; e lecionava a disciplina de Matemática para outras turmas.

A seguir, apresentamos a descrição do momento formativo, no qual ocorreu a produção dos dados, dando ênfase às observações feitas pelos autores desta pesquisa. A prática pedagógica relatada na próxima seção foi desenvolvida durante as aulas da eletiva de EF, na turma da EJA Juvenil. Esta ocorreu em uma segunda-feira, no turno noturno, com um total de duas horas/aula.

A proposta foi um estudo de cunho investigativo, com o intuito de identificar os diálogos emergentes a partir da temática abordada nas aulas, assim como compreender a importância da discussão da EF no contexto de uma turma da EPJAI. Os diálogos foram gravados e transcritos de maneira a garantir o anonimato dos participantes. Assim, foram identificados como “E” acompanhado de um algarismo, para distinguir os educandos, e, nas falas da educadora, foi utilizado somente o termo *educadora*, preservando também a sua identidade.

4 Educação Financeira: um olhar para o consumo consciente

Os resultados apresentados a seguir referem-se às aulas, nas quais a educadora discutiu com os educandos jovens, adultos e idosos, a respeito de comportamentos financeiros. Inicialmente, ela cumprimentou a turma e desenvolveu uma fala inicial, visto que já possuíam certa proximidade. Em seguida, apresentou o tema da aula e começou uma discussão sobre o dia de promoções mais conhecido no Brasil, a *Black Friday*.

A educadora explicou para a turma que, normalmente, acontece na última sexta-feira do mês de novembro e tem como objetivo oferecer promoções aos consumidores, sendo que, em algumas lojas, o desconto chega a 50% do valor total do produto. Assim, exemplificou que, muitas pessoas se organizam o ano inteiro para fazer compras nesse dia. Nas lojas de departamento, os indivíduos enfrentam filas quilométricas na tentativa de comprar o que desejam. A seguir, podemos observar alguns trechos do diálogo realizado com a turma:

- (1) Educadora: Logo logo chega a *Black Friday*, vocês pretendem comprar algum produto nesse dia?
- (2) E3: Eu sim, professora, estou precisando de um celular, tenho juntado um dinheirinho para comprar.
- (3) Educadora: E você já parou para analisar os valores deste produto?
- (4) E3: Ah não, professora, sei que na *Black Friday* tudo fica mais barato, pelo menos é mais barato do que aqui em Piripá, né?! Porque aqui os vendedores “metem a faca” na gente, nunca vi igual, aqui tudo é mais caro.
- (5) E6: Oh amigo, mas você sabia que essa tal de *Black Friday* é um grande golpe? Eles sobem os preços no meio do ano e aí quando chega nesse dia, fala que tá com desconto, quando na verdade é só o valor verdadeiro do produto mesmo.
- (6) Educadora: Sua amiga está certa, quando não analisamos os preços durante essas grandes promoções, muitas vezes, podemos “entrar em uma grande furada”, por isso é tão importante ficarmos sempre pesquisando os preços dos produtos. Como você sabe que aqui em Piripá os comerciantes cobram um valor maior?
- (7) E3: Ohhhh gente, basta a gente dar uma pesquisadinha na internet pra ver, por exemplo, um celular que custa R\$ 900,00 nas Casas Bahia, aqui em Joelma, ela cobra R\$ 1200,00, isso não faz nem sentido, professora. É querer roubar do cliente na cara dele.
- (8) Educadora: E o que te garante que as grandes lojas, ainda mais as virtuais, não estejam cobrando valores mais altos que o normal também?
- (9) E3: Não sei te responder não, professora, mas eu acho que comprar pela internet é muito melhor, tem mais opções também, várias lojas que vendem a mesma coisa, então a gente tem um monte de possibilidade para escolher o que melhor cabe no nosso bolso. Eu vou dar uma pesquisada agora pra ver como estão os preços dos celulares e aí no dia da *Black Friday* eu olho de novo, vai que estão mais altos e eu “me ferro” né?
- (10) Educadora: Sim, é importante que você faça isso mesmo, precisamos começar a ter mais consciência na hora de consumir algum produto, principalmente, para não sermos “passados para trás”. Sempre que vocês forem comprar algo, pesquisem os preços, façam uma listinha, vejam se conseguem pagar à vista, se não conseguirem, se planejem direito para não acabar estourando o limite do cartão de crédito, ou para não deixarem a fatura em atraso, isso é muito importante!!!

Percebemos, durante o diálogo, que ao iniciar a conversa, o E3 não tem noção sobre as desvantagens existentes em consumir um produto sem fazer uma pesquisa de preços antecipada, enquanto a E6 possui uma certa experiência adquirida a partir de suas vivências financeiras. Apesar de dizer que “na *Black Friday* tudo fica mais barato” sem ter muita certeza, o E3 demonstra na fala (2) que se preocupa com a forma que tem consumido certos produtos, visto que tem “juntado um dinheirinho”, ou seja, tem se planejado financeiramente para comprar o

que deseja.

Os educandos da EPJAI, como seres em relação com o mundo, enfrentam os desafios impostos pela natureza, precisando inicialmente encontrar meios para responder às suas necessidades básicas de sobrevivência (Freire, 2021b). Eles lidam diariamente com o universo financeiro e trazem experiências para dialogar sobre temáticas que atravessam esse âmbito.

Durante a observação da aula, notamos que, por mais que a turma fosse composta por jovens com faixa etária compreendida entre 16 e 18 anos, a maioria deles trabalhava; algumas jovens já eram mães e precisavam garantir, juntamente ao seu parceiro, o sustento para a casa. Destarte, destacamos a importância de se trabalhar com a EF dentro dessas salas de aula, uma vez que, como explicitado no diálogo, diversas são as posturas adotadas pelos educandos dessa modalidade ao realizar suas compras.

Podemos dizer que essas posturas são influenciadas por diferentes fatores externos. Observamos nas falas (4), (7) e (9) que E3 acredita que a *Black Friday* é um ótimo dia para fazer compras devido à fama atrelada a esse dia. É divulgado em todos os meios midiáticos (TV, redes sociais, rádios etc.) sobre essa sexta-feira ser o dia “mais barato” do ano. Aqui, enfatizamos a influência das mídias, propagandas e *marketing* sobre os hábitos financeiros do consumidor. Por qual motivo o educando E3 sabe que existe uma grande diferença de valor em compras feitas virtualmente e compras feitas de forma presencial? Por que para ele é mais fácil pesquisar os preços nas lojas da própria cidade e não na internet? Por que em Piripá os preços são mais altos? São questões como essas que nos levam a refletir sobre a importância de discussões sobre o consumo consciente com esse público.

Por estarmos inseridos no local da pesquisa, enfatizamos que, na maioria das vezes, nos pequenos municípios, há, de fato, uma alta nos preços dos produtos. Isso ocorre, justamente, pela falta de concorrência comercial, diferentemente das lojas virtuais, como exposto por E3 quando afirma “*comprar pela internet é muito melhor, tem mais opções também, várias lojas que vendem a mesma coisa, então a gente tem um monte de possibilidade para escolher o que melhor cabe no nosso bolso*”. Aqui, são revelados os processos de controle mercadológico, uma vez que existe a lei da oferta e procura, fenômeno que determina os preços no mercado. Se há concorrência, os preços diminuem; ao contrário, aumentam.

Durante esse diálogo, percebemos uma tímida interação com o conhecimento matemático, tímida porque não se revelou como assunto principal na discussão. No entanto, os educandos expressaram, em suas falas, a indispensabilidade de saber comparar e analisar os preços dos produtos antes de adquiri-los.

Outro ponto a ser destacado se refere ao desenvolvimento da autonomia e empoderamento financeiro dos sujeitos. Quando a educadora sugere que “*pesquise os preços, façam uma listinha, vejam se conseguem pagar à vista, se não conseguirem, se planejem direito para não acabar estourando o limite do cartão de crédito, ou para não deixarem a fatura em atraso*”, ela está contribuindo para uma mudança da prática, corroborando Freire (2021a, p. 105), visto que “ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões que vão sendo tomadas”.

Por meio das observações e da entrevista, ressaltamos que, para a educadora, “*o incentivo à autonomia financeira é fundamental quando estamos tratando de consumo*”. Ela enfatiza ainda a importância desses assuntos serem trabalhados no contexto da EPJAI. Na sua perspectiva, as principais temáticas que devem ser abordadas nas aulas de EF são: “*orçamento financeiro pessoal e familiar, consumo e consumismo, forma de crédito, investimentos, o impacto dos juros na vida dos indivíduos*”, dentre outras.

Consoante a isso, a educadora defende, durante a entrevista, ao ser questionada sobre o impacto da EF na vida dos educandos, que *“o conhecimento financeiro pode fazer dos nossos jovens estudantes, pessoas bem-sucedidas em vários aspectos, desde que apliquem os conhecimentos na sua vida, pois sabe-se que problemas financeiros, tem muitos impactos sociais e emocionais”*. Isso vai ao encontro dos princípios da EF apresentados nos estudos de Baroni (2021) e Hartmann (2021).

Na sequência das discussões sobre a *Black Friday*, dois dos educandos dividiram com a turma experiências pessoais e familiares. E1 falou sobre o hábito dos seus pais de listar os produtos no momento da compra, enquanto o E4 abordou o uso do cartão de crédito. Nesse contexto, coube à educadora mediar esses diálogos, visando proporcionar uma compreensão mais aprofundada sobre a importância da EF.

(11) E1: *Você falou sobre lista e agora eu lembrei que meus pais sempre que vão ao supermercado fazer a compra do mês, eles levam anotado tudo que estamos precisando em casa, professora. Minha mãe é meio doida, antes de ir, ela sempre olha tudo o que tem na dispensa, diz que é para não trazer algo que já tenha em casa. Se ela trouxesse, não era só deixar guardado para o próximo mês?*

(12) Educadora: *Você consegue perceber que o que sua mãe está fazendo é um consumo consciente? Ela não precisa consumir mais do que precisa de fato. O problema em ela levar para casa coisas que não precisam no momento, é que ela pode gastar mais do que deseja, se endividar sem precisão e outra, se for algo com pouca validade? Ela pode até perder o produto. Esse é um exemplo que todos nós deveríamos seguir, mas que nem sempre fazemos.*

(13) E1: *De fato hein, professora, vou falar para ela sobre essa aula de hoje, que doido sou eu por achar ela doida com essas coisas envolvendo dinheiro.*

(14) Educadora: *Lembram daquele filme que assistimos “Os delírios de consumo de Becky Bloom”? Ele demonstra sobre o quanto devemos nos conscientizar a respeito do consumo, porque se ele for desenfreado, corremos sérios riscos financeiros e isso, é mais perigoso ainda, se estivermos fazendo uso do cartão de crédito.*

Na fala (11), observa-se que E1 não compreende bem o motivo dos seus pais verificarem quais alimentos/produtos ainda estão na despensa de casa antes de irem ao supermercado. A educadora explica (12) que esse é um hábito de consumo consciente, de modo que uma simples verificação pode evitar o desperdício dos produtos, além de possibilitar que os consumidores não gastem dinheiro com itens supérfluos ou desnecessários. No questionário, quando indagados se eles ou os pais costumavam fazer uma lista de compras ao ir ao supermercado, oito dos educandos responderam que não, indicando que não é um hábito praticado por eles.

Para que o consumo seja consciente e assertivo, é necessário que os indivíduos façam a si mesmos algumas perguntas no momento das compras, como: “Eu quero fazer?”; “Eu preciso?”; “Eu posso?”. Muitas vezes, desejamos adquirir um determinado produto ou serviço, mas não é uma necessidade imediata. Identificar os gatilhos que nos levam a consumir impulsivamente, conforme explicado pela educadora na fala (12), é outro aspecto relevante.

Portanto, o exercício da autorreflexão é importante no ato de comprar, estabelecer limites, comparar os preços, fazer orçamentos são atitudes que nos auxiliam na tomada de decisões (Skovsmose, 2014) conscientes sobre as nossas finanças. Conforme abordado pela educadora durante a entrevista, uma das vantagens de discutir e aprender sobre finanças no contexto escolar é a *“formação integral de cidadãos que conseguem aplicar os seus conhecimentos adquiridos em sala de aula na sua vida cotidiana”*.

Caminhando para o final da aula, a educadora comentou sobre o filme *Os delírios de*

consumo de Beck Bloom e discutiu sobre os perigos do mau uso do cartão de crédito, como apresentado na fala (14). Nesse contexto, alguns educandos aproveitaram a oportunidade para compartilhar experiências relacionadas a esse tema, como evidenciado nos trechos a seguir:

(15) E4: Prof, minha mãe usa o cartão de crédito em praticamente toda compra e, aí esses dias, ela tava reclamando lá em casa pro meu pai que o limite dela já tinha acabado, que não sabia o que ia fazer mais sem cartão.

(16) Educadora: Sim sim, se ela sempre usa, chega em um momento que o limite acaba mesmo e é aí que devemos tomar o maior cuidado do mundo! Porque assim, se ela exceder esse limite que o banco deu para ela, ela vai se endividar muito, corre o risco do nome dela ficar sujo e outra, ela vai pagar juros altos na fatura.

(17) E4: Vixe, ainda bem que ela não estourou o limite, acho que ela nem sabe disso de juros na fatura, como funciona? Eu nunca ouvi falar, é o mesmo que estudamos aqui na escola?

(18) Educadora: É o mesmo sim, só que, geralmente, os bancos cobram no regime de juros compostos, que é aquele que cresce exponencialmente, os juros serão cobrados em cima dos juros do cartão.

(19) E1: Tem gente que se acha poderosíssimo só porque tem um cartão de crédito, mal sabem eles o quanto isso faz mal, lá em casa mesmo meu pai não deixa eu pedir um não, porque ele diz que só influencia a gente a comprar as coisas sem nem ter dinheiro, ficamos achando que temos dinheiro só porque temos limite.

(20) Educadora: O mau uso do cartão de crédito pode, de fato, nos levar ao descontrole financeiro. Esse crédito é uma espécie de empréstimo que fazemos ao banco, como se fosse um aluguel.

De acordo com o relato dos educandos, observamos um certo padrão em suas falas, já que esboçam preocupação quanto ao uso do cartão de crédito. A pergunta de E4 (17) é bastante pertinente, considerando que, conforme demonstrado em uma pesquisa da *BBC News* (Carranço, 2023), o principal fator de inadimplência no país é o mau uso do cartão de crédito. Durante a aula, a educadora destacou a importância de não permitir que o cartão entre no rotativo, uma vez que isso resulta em juros altos ao mês.

Ademais, por meio desse diálogo, a educadora conseguiu trabalhar conceitos matemáticos com os educandos, como a definição de juros simples e composto, crescimento linear e exponencial, além de conceitos não matemáticos, como endividamento e inadimplência. Isso corrobora os estudos de Muniz (2016), Leffler (2019) e Hartmann (2021) ao destacarem que a EF permite abordar temas tanto matemáticos quanto não matemáticos. Essa dinâmica se torna ainda mais evidente no âmbito da EPJAI, devido à diversidade de experiências desses aprendizes.

Enfatizamos que esse momento de discussões com a turma é imprescindível para o desenvolvimento de uma prática docente com significados, já que possibilita uma maior interação entre os educandos e a educadora. Freire (2021b, p. 109) defende que

o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.

Os diálogos emergentes da proposta de aula representaram um momento de troca de vivências e experiências, visto que os educandos não são desprovidos de conhecimentos acerca da temática trabalhada. Eles contribuíram para a (re)construção de novas significações no que se refere à EF, possibilitando que pensássemos criticamente sobre as perspectivas envolvidas

na prática pedagógica.

Destacamos aqui a importância da EF no contexto da EPJAI, uma vez que os educandos estão inseridos no universo monetário, realizando transações, adquirindo produtos, prestando serviços, entre outros. No decorrer da entrevista, a educadora, ao ser questionada sobre a relevância das discussões que permeiam a EF na EPJAI, pontua que a EF possibilita “*que os alunos possam refletir sobre a sua realidade, buscando melhorar aspectos simples, mas que se tornam problemas em sua vida pela falta de conhecimento*”. Além disso, enfatiza em sua fala que esse processo impacta de forma positiva e singular na vida dos educandos, pois “*o conhecimento financeiro pode fazer dos nossos jovens estudantes, pessoas bem sucedidas em vários aspectos, desde que apliquem os conhecimentos na sua vida, pois sabe-se que problemas financeiros tem muitos impactos sociais e emocionais*”.

Os educandos, por sua vez, também consideram a EF importante, já que ela nos fornece os instrumentos necessários para controlar os gastos e administrar melhor as finanças pessoais, como exposto por um educando no questionário, visando “*não cometer erros financeiros que poderá prejudicar no futuro*”. Na Figura 1, podemos observar as respostas de alguns educandos quanto à relevância da EF no questionário aplicado:

Figura 1: A Educação Financeira é importante?

Você considera a Educação Financeira importante? Porquê?

Sim, por que com a educação financeira aprendemos a administrar melhor o dinheiro pessoal e não cometer erros financeiros que podem prejudicar no futuro.

Você considera a Educação Financeira importante? Porquê?

Sim, é essencial para quem busca valorizar o seu trabalho e ter mais tranquilidade em relação ao orçamento.

Você considera a Educação Financeira importante? Porquê?

Sim, para poder controlar os gastos e não ultrapassar o limite do seu limite.

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

A EF permite que os sujeitos tomem decisões assertivas e conscientes sobre suas finanças, promovendo a leitura e a escrita do mundo financeiro. Isso oportuniza aos jovens, adultos e idosos uma compreensão significativa de implicações éticas, sociais, culturais e estruturais desse sistema. Apesar dessas vantagens, ainda existem desafios para se trabalhar com a EF no contexto escolar. Na entrevista, quando questionada sobre os obstáculos que encontra ao trabalhar a EF na escolas, ela expõe que, na sua opinião, uma das maiores dificuldades é a “*falta de formação dos educadores na área, uma vez que, a maior parte dos professores que atuam em sala de aula nesse momento, são pessoas que não passaram por uma formação na perspectiva da Educação Financeira, sendo assim, os profissionais que se dispõem a abordar o tema em suas aulas, precisam se esforçar para buscar os conhecimentos a serem transmitidos e formações próprias*”.

Concordamos com a fala da educadora, uma vez que notamos a ausência e a necessidade de formações na área, demonstrado na tese de Baroni (2021) e na dissertação de Hartmann (2021). Reiteramos ainda que, a EF, no contexto escolar, especialmente na modalidade da EPJAI, configura-se como um convite à exploração de diálogos emergentes das experiências dos educandos com as finanças. Isso se desdobra em vivências educacionais que são pautadas

na interdisciplinaridade e produção de conhecimento matemático, rompendo a ideia de uma Matemática neutra que não se posiciona diante de questões sociais.

5 Considerações finais

Começamos a tecer as nossas considerações sobre este trabalho baseando-nos nas palavras da educadora ao final da entrevista, quando solicitamos um conselho para um educador interessado em trabalhar com EF: *“os desafios para a inserção da Educação Financeira no contexto escolar são grandes, até porque somos uma geração que não teve acesso a essas informações [...], mas vale muito a pena enfrentar esses desafios, pois no final teremos a certeza de que foi possível realmente fazer a diferença na vida de alguém”*. Fica evidente que pensar sobre a EF no contexto escolar não é algo fácil. Ao transportarmos essas discussões para a EPJAI, percebemos o quão desafiador é incorporar a EF. A EPJAI apresenta processos de exclusão recorrentes e exige uma reflexão e uma (re)construção da forma organizacional da escola e da prática pedagógica dos seus educadores.

Nesse sentido, é necessário considerar não apenas as lacunas de conhecimento financeiro, mas também as particularidades e vivências específicas desse público, buscando abordagens inclusivas e contextualizadas. O desafio é transformar a EF em uma ferramenta acessível e significativa para todos, proporcionando impactos positivos na vida dos educandos da EPJAI. Defendemos uma educação crítica, que permita aos indivíduos fazerem escolhas assertivas diante do seu contexto. Notamos na EF essa possibilidade de abordagem, visto que ela possibilita a discussão de temas inerentes à realidade desses sujeitos.

Objetivamos, por meio deste artigo, compreender como a EF pode promover a construção do pensamento crítico no contexto de uma turma da EPJAI. Como evidenciado na prática pedagógica, em consonância com nossos aportes teóricos, ressaltamos que esse trabalho precisa acontecer de maneira dialógica, ou seja, deve ser pautado no diálogo, já que os educandos dessa modalidade possuem experiências e vivências próprias do modo de pensar financeiro. Cabe ao educador mediar as discussões que permeiam esse ambiente.

A EF desempenha um papel importante na vida dos educandos da EPJAI, visto que, para a educadora, a temática oportuniza que esses sujeitos sejam mais conscientes acerca das suas decisões envolvendo finanças. Além disso, defende que a tratativa da temática auxilia no desenvolvimento crítico dos educandos, permitindo que eles reflitam sobre valores, questões sociais, ambientais, culturais e financeiros, enquanto pessoas que vivem em sociedade. Assim, a EF se revela como um processo que capacita a autonomia e a confiança dos indivíduos quanto às finanças.

Consoante a isso, os resultados obtidos nesta pesquisa nos direcionam para um lugar de reflexão. É fundamental refletirmos sobre a nossa prática pedagógica no contexto da EPJAI, ou seja, como devemos abordar conteúdos e temas para que estejam relacionados com a realidade dos sujeitos que compõem essa modalidade? De que forma podemos trabalhar com a EF para que ela possa auxiliar na construção do pensamento crítico desses educandos? São questionamentos que evidenciam a necessidade de discussões sobre essas temáticas no âmbito da Educação Matemática, gerando possibilidades de aprofundamentos, com vistas às experiências dos participantes da pesquisa.

Além disso, notamos nas falas da educadora a ausência de formações no contexto da EF. Propomos, então, como sugestões para futuras investigações, o porquê de não ofertar tópicos relacionados à EF na formação inicial de educadores matemáticos, uma vez que os documentos norteadores das práticas pedagógicas da Educação Básica inferem que os educadores devem trabalhar a temática na sala de aula.

Por fim, destacamos as potencialidades da EF na EPJAI, haja vista que permite aos sujeitos compreenderem e expressarem suas considerações sobre o mundo financeiro. Isso viabiliza o entendimento sobre questões éticas, sociais, culturais e estruturais do sistema, promovendo, assim, habilidades para que os indivíduos sejam capazes de tomar decisões assertivas e conscientes no âmbito financeiro pessoal e/ou social.

Ademais, propomos uma EF com pessoas jovens, adultas e idosas, na qual tenham suas experiências e vivências validadas, pois estão inseridas no mundo financeiro desde a infância. Além disso, fazem uso e participam desse sistema todos os dias, tendo em vista que a educação “não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo” (Freire, 2021b, p. 116). Nessa direção, podemos pensar numa Educação Matemática com pessoas jovens, adultas e idosas, conforme orientado por Silva (2020).

Referências

- Baroni, A. K. C. (2021). *Educação Financeira no contexto da Educação Matemática: possibilidades para a formação inicial do professor*. 2021. 254f. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, SP.
- Batista, F. D. C. A. (2021). *Evasão Escolar: na modalidade de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas públicas do município de São Luís Gonzaga do Maranhão, Maranhão - Brasil*. 2021. 118f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). Instituto Superior de Educação João de Deus. Lisboa, PT.
- Baumann, Z. (2008). *Vida para o Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Tradução de C. A. Medeiros. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Brasil. *Decreto n.º 7.397, de 22 de dezembro de 2010*. (2010). Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 23 dez.
- Brasil. (2011). *Estratégia Nacional de Educação Financeira – Plano diretor da ENEF*. Brasília, DF.
- Carranço, T. (2023). Brasil bate recorde de endividados: “Com nome sujo, a gente não é nada”. *BBC News Brasil*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c257e50r9rlo>
- Creswell, J. W. & Creswell, J. D. (2008) *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. (5. ed.). Porto Alegre, RS: Penso.
- Fiorentini, D. & Lorenzato, S. (2012). *Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Fonseca, M. C. F. R. (2012). *Educação Matemática de Jovens e Adultos: Especificidades, desafios e contribuições*. (3. ed.). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Freire, P. & Faundez, A. (1985). *Por uma Pedagogia da Pergunta*. (4. ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Freire, P. (2021a). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Freire, P. (2021b). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Goldenberg, M. A. (2015). *Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. (14. ed.). Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Hartmann, A. L. B. (2021). *A Educação Financeira nos cursos de Licenciatura em Matemática*

- da Universidade Estadual Paulista – UNESP. 2021. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, SP.
- Leffler, R. (2019). *Educação financeira: um estudo de caso na formação inicial de professores de matemática*. 2019. 224f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática). Instituto Federal do Espírito Santo. Vitória, ES.
- Lüdke, M. & André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, SP: EPU.
- Mazzi, L. C., & Baroni, A. K. C. (2021). Diálogos possíveis entre Educação Financeira e Educação Matemática Crítica. In A. K. C. Baroni, A. L. B. Hartmann, & C. C. S. Carvalho (Eds.). *Uma abordagem crítica da Educação Financeira na formação do professor de Matemática*. (pp. 37-53). Curitiba, PR: Appris.
- Muniz, I. J. (2016). *Econs ou Humanos? Um estudo sobre a tomada de decisão em Ambientes de Educação Financeira Escolar*. 2016. 418f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (2005a). *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies*.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (2005b). *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness: Directorate for Financial and Enterprise Affairs*.
- Pelicioli, A. F. (2011). *A relevância da educação financeira na formação de jovens*. 2011. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Peres, P. V. (2019). *As inter-relações dos pensares matemáticos e financeiros na educação, como um desafio transdisciplinar*. 2019. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Universidade Anhanguera de São Paulo. Pirituba, SP.
- Silva, A. M. & Powell, A. B. (2013). Um programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. In: *Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática* (p. 1-17). Curitiba, PR.
- Silva, A. M. & Powell, A. B. (2015). Educação Financeira na Escola: A perspectiva da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Boletim GEPEN*, 66, 3-19.
- Silva, J. N. D. (2020). *Tecnologias Digitais na Educação Matemática com Jovens e Adultos: um olhar para o CIEJA/Campo Limpo*. 2020. 150f. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, SP.
- Skovsmose, O. (2001). *Educação Matemática Crítica: a questão da democracia*. Campinas, SP: Papyrus.
- Skovsmose, O. (2007). *Educação Crítica: incerteza, matemática, responsabilidade*. São Paulo, SP: Cortez.
- Skovsmose, O. (2008). *Desafios da reflexão em Educação Matemática Crítica*. Campinas, SP: Papyrus.
- Skovsmose, O. (2014). *Um convite à Educação Matemática Crítica*. Campinas, SP: Papyrus.